

**UNIVERSIDADE BRASIL  
CURSO DE PEDAGOGIA**

ALINE APARECIDA FARIAS  
BEATRIZ LEANDRO BATISTA DE BRITO  
MARIA DA CONCEIÇÃO FONTENELE  
RAQUEL BARBOSA DE ALMEIDA

**As práticas promotoras da igualdade étnico-racial na  
Educação Infantil<sup>1</sup>**

SÃO PAULO – SP  
2017

# **As práticas promotoras da igualdade étnico-racial na Educação Infantil<sup>1</sup>**

Aline Aparecida Farias  
Beatriz Leandro Batista de Brito  
Maria da Conceição Fontenele  
Raquel Barbosa de Almeida

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Rute Rodrigues dos Reis

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Graduação apresentado à Universidade  
Brasil, como parte dos requisitos  
necessários para obtenção do título de  
Bacharel em Pedagogia.

SÃO PAULO – SP  
2017

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da Universidade Brasil.

## **RESUMO**

O artigo tem como objetivo geral tratar das abordagens das práticas de ensino étnico racial na Educação Infantil a partir de estudos e concepções de autores que propõem dialogar sobre essas expectativas no ambiente escolar. Partindo de referências teóricas como: Kabangele Munanga, Abdias do Nascimento, Peter McLaren, Eliane Cavalleiro e entrevista semiestruturada com a Doutora em Educação Waldete Tristão. Assim resultando em análises qualitativas no sentido de constatar que avanços em relação a essa questão existem mas não é garantida em sua totalidade. Consideramos que as abordagens desses conteúdos no currículo da Educação Infantil é de extrema importância para que as crianças não reproduzam atitudes racistas que adquirem através da construção social.

**Palavras-chaves:** Práticas de ensino étnico racial. Educação Infantil. Racismo.

## Introdução

### 1. As práticas promotoras da Igualdade étnico-racial na Educação Infantil

A questão racial no Brasil está presente desde a formação inicial da sociedade. Em sua obra *O genocídio do negro no Brasil*, Abdias do Nascimento aponta que o branqueamento da raça foi uma estratégia de genocídio da população negra, no qual o primeiro recurso utilizado pela branquitude para tornar a raça negra extinta foram os estupridos em mulheres negras para originar o sangue misto: o mulato, pardo, moreno. Considerando este ato como uma prática normal.

A partir de então o mulato passou a ser considerado mais próximo da casa grande, sendo utilizado em tarefas de confiança dos senhores, que o originaram como um símbolo da “democracia racial”. Estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau da escada da branquificação do povo brasileiro. O processo de miscigenação, fundamentando na expressão sexual da mulher negra foi erguido como no fenômeno de puro genocídio, o objetivo era de fato eliminar a raça negra, recebendo até endosso religioso, pois a igreja católica também considerava o sangue do negro “infecto”.

A proposta era erradicar o negro, em torno de 1930, o político e historiador João Pandiá Calógera declarou: a marcha negra tende a desaparecer num tempo relativamente curto em virtude do influxo da imigração branca em que a herança de Caim se dissolve. Roosevelt tinha observado com exatidão que o futuro nos reserva uma grande alegria: a feliz solução de um problema insano de tremendos, mortais, problemas – o problema de um possível conflito entre duas raças. O decreto de 28 de junho de 1890 concede que “é inteiramente livre a entrada, nos postos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, a Câmara dos Deputados considerou e discutiu leis nas quais se proibia qualquer entrada no BRASIL “de indivíduos humanos das raças de cor preta”. Pandiá (2016, p. 86).

Era essencial a necessidade de embranquecer o povo brasileiro, eram calculadas estratégias de destruição e estimativas de quanto tempo levaria para obterem esses

resultados, uma das propostas foi de propositalmente deixar os afro-brasileiros indefeso, sem recursos suficientes para se manter, essa proposta de João Batista de Lacerda foi criticada pois o tempo valido para que o genocídio acontecesse era de um século, alguns brasileiros acharam tempo demais para esperar.

Outras estratégias importantes foram a utilização dos levantamentos demográficos. De acordo com o demógrafo Giorgio Mortara, “aqueles nascidos de união entre pessoas de cor parda e negra são classificados como brancos e através das classificações o grupo negro perde grande quantidade e ganha muito pouco, o grupo pardo ganha muito mais do que perde, o grupo branco ganha muito e não perde nada”. (João Batista de Lacerda 2016 p 88)

Essas estatísticas não apenas demonstram o declínio entre números absolutos dos negros, mas também, o ideal de embranquecimento infundido de forma sutil a população afro-brasileira, manipulando como instrumento capaz de conceder ou negar ao descendente africano acesso e mobilidade as posições sociopolíticas e econômicas. Outro instrumento de dominação racial que se instituem no Brasil foi a criação do “mito da democracia racial”, em relação que disseminou a idéia de que não haveria conflito entre a população negra e branca, como ocorreria nos estados Unidos, assim o país passa a ser visto como o “paraíso da democracia racial”. Discurso e ideário legitimado pelo conjunto da população e propagado intencionalmente. Causando o interesse do mundo em conhecer uma cultura que teria conseguido superar as contradições oriundas da escravidão.

A realidade mostra a verdade face do racismo estrutural presente na nossa sociedade aos poucos o mito da democracia racial vai sendo desmontada por força das organizações negras e lutas por direitos, colocando na cena da disputa política a destruição de um discurso que não traduzia verdadeiramente a realidade vivenciada pela população negra que compunha/ compõe a base mais pobre da população.

## **1. Educação e Racismo**

Na obra *Superando o racismo na escola* (2005), Kabengele Munanga, no intuito de oferecer e discutir alguns subsídios que possam ajudar no desenvolvimento do processo de transformação relativa às atitudes preconceituosas que por falta de preparo,

e que não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala de aula como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar os alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz a nossa cultura e a nossa identidade nacional. A finalidade do livro consiste, por um lado, em mostrar o racismo como um dos graves problemas da sociedade e, por outro lado, em mobilizar todas as forças vivas da sociedade para combatê-lo. Entre essas forças, a educação escolar, embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um espaço de destaque.

Os estereótipos geram preconceitos, que se constituem em um juízo prévio a uma ausência de real conhecimento do outro. O professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão.

*O direito a diferença* é o que Glória Moura (2005) diz que o currículo escolar deve considerar, enfatiza o descaso da escola pelo reconhecimento as múltiplas "identidades" e pelas diferentes culturas dos diversos segmentos que historicamente integraram a formação de nosso país, como tarefa indispensável de formação para o exercício da cidadania. Com esse artigo ela chama atenção para a importância da diversidade e a necessidade do respeito às diferentes vertentes sócio históricas e culturais que confluem na construção desse nosso país, como base para uma revisão em profundidade das práticas

pedagógicas escolares, onde política, educação e cultura já não possam mais ser separadas.

A escola não leva em conta o saber diferenciado que o aluno pode trazer da vivência no seio de sua família, aprendido com seus pais e avós ou no seu meio social de origem. Assim, ela desconhece a origem étnica dos alunos e a formação cultural de sua clientela. Mais ainda a hegemonia desse modelo exclusivo tem consequências que se estendem por todo o sistema educacional.

Só a partir da formação de professores capacitados a criar, levantar possibilidades, inventar novas situações de aprendizagem em sala de aula, frente à especialidade do contexto em que conduz o processo de ensino-aprendizagem, imbuídos

do sentido de sua profissão e de sua responsabilidade na sociedade, poder-se-á desenvolver um processo escolar de educação consoante á realidade sociocultural brasileira. Há necessidade imperativa de se tornar a escola mais próxima da realidade sociocultural de seus alunos, levando em conta os valores culturais locais numa perspectiva universal, se se quiser formar cidadãos capazes de construir a sua própria história, num Brasil plural e verdadeiramente democrático.

Enfatiza que só através de uma releitura dos elementos que compõem as culturas negras no Brasil é que poderemos tentar um meio, um aprofundamento pedagógico, que nos caminhe para uma pedagogia genuinamente brasileira, capaz de resgatar para todos os brasileiros uma cultura nossa, considerada até agora marginal, mas que responde pela identidade cultural do país, estando presente em todos os setores da sociedade.

Nesse sentido, a criança negra encontra imagens pouco dignas para se reconhecer, exemplo disto é a obra de Monteiro Lobato *O sitio do pica pau amarelo*, ambiente criado para as história em que os personagens Dona Benta e Tia Nastácia, uma que representaria respectivamente o saber erudito e a outra o saber popular.

A lembrança desse passado fragmentou majoritariamente a identidade da criança negra no seu passado, imaginar-se no futuro. O modo de ser a sua identidade, no seu modo de ver, de viver e de fala passa a ser identificado por um determinado povo ou comunidade. A identidade da criança negra tem uma ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático ou nos demais espaços chegando à fase adulta com rejeição a sua origem racial, trazendo dificuldades de se relacionar. Se alimentando de memórias pouco construtivas.

Muitas crianças pobres com pouco acolhimento da família aprendem a cuidar de si mesmo, com vários problemas procuram se distraírem inventando brincadeiras, jogos com muita imaginação e pouco recurso, aprendem sobreviver nas ruas e fazem bicos para o sustento da sua família. Para isso é importante o papel da escola na sua formação, fazendo com que a sua experiência de vida seja adentrado no currículo e seja vivido pela escola internamente. É de suma importância que a escola trabalhe a autoestima desse aluno, esteja ele em qualquer série. O educador deve evitar trazer atividades que facilitem o aluno, deve desenvolver algo que o faça sair da sua zona de conforto, trabalhando a sua criatividade.

Daí a importância das artes-visuais no ensino fundamental, não desvinculando a vida ativa desse aluno e a escola. Os meios de comunicação capita e reforça a representação do negro perante a sociedade como delinquente, ridicularizado, imorais etc. É necessário que o ensino fundamental intervenha seriamente para que tais estereótipos não continuem a entrar nas escolas. Foram trazidos para o Brasil e para a América, vários grupos étnicos e junto traçaram a sua cultura como a dança, música, cânticos, coreografia, arte, artesanato etc. Devido das necessidades do próprio culto os brasileiros essa cultura foi recriada nos terreiros de Candomblé, gerando assim as atividades dos cultos. É por meio da legitimação dos valores culturais do povo, que a escola poderá perceber toda a riqueza e a simbologia que os alunos trazem.

A dança está presente em todas as atividades cotidianas do homem e da mulher africana. A escola deve ter como primordial a inserção da dança e o estímulo da cultura afrodescendente no currículo escolar, e não achar que seja o dever da escola apenas discutir a questão da cultura afrodescendente. Para que haja essa mudança é preciso saber se todos estão de acordo com a necessidade de desenvolver estratégias de combate ao racismo na escola e que ainda está muito presente nos âmbitos escolares. O racismo é negado pela população brasileira, mas muitos deles se tornam evidentes mediante as práticas. Deve haver um contato direto com a comunidade negra, grupos culturais e religiosos ao nosso redor, falar do respeito é uma coisa agora estar frente às diversidades se torna outra.

Michel Apple ao pensar a questão do currículo no *livro Currículo, Poder e Lutas Educacionais (2008)*, relata que as pesquisas apontam que muitos militantes mesmo que interessadas em trabalhar para a opressão de raça e sexualidade nas escolas seja combatido, se dispõe a brigar até certo ponto e não há uma continuidade, o autor ao analisar as lideranças de uma organização educacional que luta por políticas e programas que combata a agressão e assédio contra as diferenças em orientação sexual e identidade de gênero, mas não vai, além disso, não amplia sua luta e não promove um currículo que busca conscientizar, por exemplo, a respeito do heterossexismo e dos privilégios relacionados ao gênero, o autor comenta que os pesquisadores e ativistas educacionais necessitam fazer mais, ir além, para assim desestabilizar a tendência de ser parcial.

Nos Estados Unidos a opressão de raça atua junto com a afirmação injuriosa da

sexualidade e do sexo para "homens de cor", assim como linchamentos que o homem negro sofria após a guerra civil, muitos americanos concordam com o discurso mantido e conservado por líderes políticos e pela mídia que agruparam a raça, religião e ideologia política como terrorismo árabe-muçulmano.

As práticas de guerra do Iraque confirmam a tal expressão:

No Iraque, os guardas forçavam seus prisioneiros do sexo masculino a se despirem na frente dos outros por longos períodos. Os prisioneiros eram colocados em pirâmides humanas ou em outras posições, nas quais seus corpos nus ficavam em contato e alguns eram forçados a simular ou até participar de atividade sexual com outros homens. Os próprios guardas perpetraram sodomia forçada com objetos estranhos e várias formas de estupro. Esse abuso não deve ser considerado homoerótico por mera coincidência e não deve ser visto como um ato de homossexuais sádicos. Como é sabido em iniciações de fraternidades universitárias, homens identificados como heterossexuais muitas vezes submetem outros homens identificados como heterossexuais a situações homoeróticas, como uma representação do poder masculino, como um modo de familiarizar a outro grupo, as vezes de forma lúdica, mas as vezes não. (Sunday, 1990 p.168-169).

A partir dos fatos sexuais dos abusos sofridos por prisioneiros iraquianos, observamos se manifestar em nível físico e intenso uma nova versão do orientalismo que é uma ferramenta da exploração colonial, pautado na hipótese de inferioridade racial e cultural partindo da civilização eurocêntrica para as civilizações que incluem o extremo oriente, a Índia, a Ásia central, o médio oriente (vulgarizado pela designação mundo árabe) e mesmo a África, em alguns casos.

Mesmo que o abuso sofrido pelos prisioneiros iraquianos pudesse ser retratado como uma manifestação do orientalismo sobre a história do racismo de gênero nos estados unidos, por conta da rapidez dos líderes políticos em denunciar o abuso e se indignar contra os indivíduos, este não foi o caso, o abuso foi considerado como uma anomalia, as pessoas pareciam surpresas com o abuso dos americanos, mesmo em tempos de guerra. "*O abuso não foi visto como um indicativo das relações colonialistas desenvolveram com a Ásia e com o oriente médio. Pelo contrário, o abuso foi considerada uma anomalia, racistas, heterossexista que os estados unidos há muito*" (Lee, 1999 p.169).

Quando as agências de inteligência americanas reuniram evidencias de que

"extremistas muçulmanos" eram responsáveis pelos ataques, as respostas foram rápidas. Os estados unidos enviaram cada vez mais forças militares para outros países para encontrar e punir os responsáveis. Líderes políticos clamaram por uma guerra contra o terrorismo que não envolveria apenas o oriente médio, mas todo o globo, na tentativa de eliminar aqueles que tentaram atacar a liberdade e a democracia. Nos estados unidos cada vez mais indivíduos pareciam pensar que essa guerra era contra alguém que "parecia muçulmano" ou que "parecia árabe", incluindo aqueles que usavam turbantes ou pano na cabeça ou simplesmente tinham pele escura. Essas pessoas com aparência muçulmana ou árabe foram tratadas como criminosos em potencial, elas eram escrutinadas e tratadas de forma agressiva quando tentavam embarcar em aviões e eram submetidas a assédios e abusos. No mês após o 11 de Setembro, os relatos de incidentes e crimes de ódio contra indivíduos que pareciam muçulmanos ou árabes aumentaram dramaticamente nos estados unidos (Coen, 2001).

É importante destacar que talvez os estados unidos não fosse a vítima inocente como os meios de comunicação faziam acreditar, esta ideia se dá se levar em consideração as ações do e Estados Unidos no último século, após o atentado acontecia uma reforma na área econômica por conta do medo e este medo, também gera uma reforma na área da educação pois grande partes dos estudantes entraram em um fracasso escolar, especialmente em comunidades mais pobres, com menos recurso e com mais criminalidade; comparando os testes padrão, os alunos de outros apresentam melhores resultados; visto do ponto de vista financeiro, essas reformas de fato são lucrativas pois faz com que escolas comprem livros didático, manuais para os professores, planilhas e outros materiais.

Mesmo tendo problemas na educação é necessário ter clareza sobre a forma que se enxerga e que se aborda o problema, pois sempre existem diversas maneiras de entender e trabalhar “as questões da educação”.

Mesmo a definição de padrões de aprendizagem é lucrativa, talvez não do ponto de vista financeiro, mas social e político, pois privilegia apenas determinados conhecimentos, as habilidades e as perspectivas, ou, talvez de forma mais exata, os conhecimentos, as habilidades e as perspectivas de determinados grupos da sociedade - aqueles que definem os padrões. (Apple, 2001 p.173)

De volta a opinião tratada inicialmente de que ativistas educacionais, muitas

vezes se dispõe a lutar apenas contra certos problemas, nunca chegando a desafiar totalmente a opressão por medo de críticas de que possam estar estimulando os alunos a pensarem diferentes de suas raízes religiosas, seus pais, seus grupos sociais ou que estejam estimulando os alunos a se tornarem homossexuais. O autor se posiciona:

Minha opinião aqui é que as reformas educacionais voltadas às opressões de raça e sexualidade nas escolas parecem procurar um equilíbrio: entre forçar a barra, mas não forçar demais, entre abordar certas formas de opressão, mas não outras, entre responder certos temores, mas não responder a outros - e, ao procurarmos esse equilíbrio, muitas vezes, deixamos de fora ações que podem trazer mudanças sistemáticas. Portanto, devemos perguntar: O que nos motiva a buscar esse equilíbrio, em primeiro lugar? (Apple, 2008 p.175).

Portanto é de extrema importância que exista continuidade quando se propõe a trabalhar essas temáticas, para que seja trabalhada de forma ampla e se atinja com mais eficiência o objetivo necessário.

## **1.2. PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

Em artigo intitulado *Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras* (2005) de Petronilha Beatriz Gonçalves da Silva, uma das estudiosas pioneiras no debate sobre a educação racial no Brasil, aponta que a influência da cultura africana expressas pela comida, a dança, a luta, trazidas por negros escravizados no Brasil, consolida a importância de se estudar a africanidade em todos os níveis de ensino, valorizando igualmente as diferentes identidades que constituem o povo brasileiro, respeitando os diferentes modos de ver. A constituição dos afro-brasileiros na sociedade brasileira requer que o preconceito e a discriminação sejam abolidos, que o sentimento de inferioridade e superioridade seja superado.

O professor deve combater os preconceitos, os gestos de discriminações enraizados na personalidade dos brasileiros, desejando superar a ignorância. O pedagogo deve organizar um plano de trabalho com os seus alunos, tendo o ensinamento à cultura de origem como foco de uma pedagogia antirracista. A africanidade brasileira abrangem diferentes áreas, no programa de ensino, constituindo-se em apenas uma disciplina, mas pode estar presente em várias outras.

Um exemplo importante vem da literatura. Toda obra literária transmite mensagens não só apenas com o texto escrito, as imagens ilustradas formam suposições e cristalizam as ideias do mundo imaginário, se refletirmos sobre as imagens percebemos que em conjunto transmitem a cultura de tal sociedade, a cultura informa por meio de seus métodos representativo seus valores, crenças que norteiam as percepções de mundo e partindo daí as imagens servem como uma forma de espelho de tal sociedade, onde a criança pode se reconhecer através dos personagens podendo então nesse processo formar opinião ou sentimento a respeito de daquele ambiente, tipo de personagem.

A autora ressalta que é possível observar por trás das obras de literatura infanto-juvenil um sistema que expressa crenças e valores que se fortalece por meio das imagens, portanto a literatura não é um espaço neutro, mas sim um espaço regado de enredos e lógica onde “ao me representar eu me crio, e ao me criar eu me repito” e por isso o livro infanto-juvenil torna-se importante e relevante para análise pois por meio deste, nota-se uma ideologia. Seguindo essa lógica a autora busca tratar e refletir a forma como o negro é tratado na literatura, além disso como o negro é representado na literatura infanto-juvenil conseqüentemente nos leva a uma reflexão de como se dá o aspecto das relações raciais no “mundo dos livros”.

Dessa forma se faz necessário questionar sobre como esse roteiro trabalha no imaginário das crianças as condições de existência da população negra, a imagem do negro é abordada como uma representação ou uma realidade? Contribui para a dominação?

Entre numa livraria, na biblioteca da escola, numa bienal do livro, ou se aproxime da estante de livros de sua casa. Agora, separe os que possuem personagens negros. Ou, procure lembrar, nos livrinhos de sua infância, as figuras negras presentes nesse repertório. Eu propus esse exercício muitas vezes para várias pessoas que geralmente não encontravam, nem lembravam de nenhum ou de muito pouco, e mais raro ainda como protagonistas. A primeira sensação era a de não existirem, de nunca aparecerem nas aventuras, nas histórias de amor, nas de suspense, no mundo das princesas, dos heróis e das turmas desses enredos. Enfim não eram visíveis nesses repertórios comuns. (Lima, 2005, 102)

Suas investigações constatou que os personagens negros para crianças eram muitos poucos e na maioria das vezes quando personagem negro aparece na história é de forma pejorativa e vinculada a escravidão, a representação se dá de forma natural diante do sofrimento sofrido pelo negro, essas histórias tristes reforçam a condição de inferioridade pela qual o negro passou, a história do negro escravo é contada de maneira cristalizada se tornando assim uma das formas mais eficazes da violência simbólica. O problema não é contar história de escravos e sim na forma em que essa história é contada e ilustrada, como a criança procura uma representação e tendem a reproduzir as histórias transmitidas a ela, as crianças negras se sentem constrangidas diante do espelho, conseqüentemente a criança acaba depreciando sua identidade em formação e o problema se dá por essa ser quase a única imagem do negro apresentada para crianças negras se reconhecerem, esse estriação impede que as demais construção de identidade, enquanto isso o branco é retardado como a princesa, o príncipe, o salvador, quem comanda, o personagem principal. É de suma importância que se crie um roteiro mais diversificado para a criança negra.

A discriminação permite que a sociedade seja analisada a partir de duas visões que a visão do discriminador, onde o sujeito se intitula como o “mais capaz” e o discriminado que “fica à mercê das decisões do discriminador” a escola como uma das formas de integrar os sujeitos a sociedade é muitas vezes regada de preconceitos, discriminações e estereótipos mas reconhece por meios das políticas públicas que é hora de mudar para ser um espaço de transformação e essa transformação só ocorre se for de forma coletiva. A educação deve conduzir o aluno de modo que os faça refletir que existem diferenças entre as pessoas, essa diferença é saudável e que é preciso valoriza-la para que exista a democracia.

Vera Neusa Lopes (2005) conclui descrevendo o que ela chama de “pistas” para ajudar o professor trabalhar com seus alunos em sala de aula a questão do racismo e ressalta que essas “pistas” não podem ser uma camisa-de-força para o professor e sim mais uma forma de ajudá-lo a encontrar seus próprios caminhos para desenvolver uma educação étnica racial, igualitária, democrática e mais justa destacamos como praticas fundamentais:

- propor que as crianças, aos pares, se observem e expressem oralmente como veem o seu parceiro. Descrever como veem a professora. Comentar as verbalizações;

- pedir às crianças que tragam para sala de aula uma fotografia recente. Tirar uma fotografia de toda a turma. Observar com as crianças as fotos isoladamente e a foto coletiva. Registrar as observações. Examinar fotos mais antigas e registrar as observações;
- verificar a existência de algumas diferenças e semelhanças constatadas. Registrar as descobertas em uma folha de papel de embrulho, que poderá ir sendo usada ao longo do trabalho. Por exemplo, algumas diferenças: alguns são meninos, outras são meninas; nem todos têm a mesma altura; todos têm nome e sobrenomes diferentes; uns são magros, outros são gordos, uns têm a cor da pele bem clara, outros têm a cor da pele mais escura; uns são brancos, de origem italiana, outros são brancos de origem alemã, outros são de origem japonesa, outros são de origem afro-brasileira. Existem semelhanças como: todos têm entre 7 e 10 anos, todos moram no mesmo bairro, todos são brasileiros, embora as origens possam ser diferentes; todos são saudáveis;
- trabalhar com as crianças a questão dos direitos humanos e dos direitos da criança. Escolher, com elas, textos, poesias e canções que falem desses direitos. Decodificar as mensagens. Dramatizar. Cantar. Conhecer a vida dos autores. Buscar informações na cultura popular. Trabalhar com autores negros brasileiros da música popular brasileira.
- se possível, organizar visitas a instituições culturais, museus, casas de cultura, existentes na comunidade ou na cidade, para aprender mais sobre cultura, diversificação cultural, etnias formadoras da sociedade brasileira.
- explorar as diferentes culinárias e outras manifestações culturais existentes, preservadas pela comunidade. Pesquisar, na comunidade, possíveis traços culturais de outros grupos étnicos, além dos negros.
- destacar a questão do negro e levar a criança a observar se há, na sala de aula, meninas e/ou meninos que usam penteados afros. Levar as crianças a observar como é difícil e demorado fazer um penteado afro nas mulheres. Recortar em jornais e revistas ilustrações de pessoas que estão usando um desses penteados. Expor. Trazer para sala de aula ilustrações de artistas, como Rugendas e Debret, que, já na época colonial, mostravam como eram os penteados dos negros no Brasil.

- planejar com as crianças a busca de mais informações sobre os negros brasileiros. Organizar na sala de aula cantinhos das surpresas, onde poderão ser expostos relíquias, documentos, ilustrações, vestimentas. Usar a entrevista como recurso para descobrir mais sobre o assunto em pauta. Descobrir, na comunidade, pessoas negras que tenham algo interessante para contar, permitindo reconstituir a história da localidade.
- localizar, com o auxílio de recursos audiovisuais disponíveis, os pontos de onde vieram os negros. Refazer, então, as rotas seguidas. Localizar os pontos de entrada dos negros no Brasil. Levantar alguns dados dos dias atuais e verificar semelhanças e diferenças de modos de vida dos negros. Observar, com as crianças, que a África é um grande continente, formado por muitas nações. Descobrir de quais nações vieram os negros que chegaram ao Brasil.
- pesquisar, em conjunto com as crianças, sobre hábitos e costumes que os brasileiros têm e que são de origem africana. Levantar o vocabulário de origem africana.
- questionar com as crianças se elas conhecem alguém que não gosta de outras pessoas porque são negras, são pobres, são “polacos”, são judeus ou são ciganos, que não gostam de índios porque são “preguiçosos”. O que elas pensam disso? O que podem e querem fazer para que isso não aconteça em sua classe, em sua escola, em suas famílias?
- encorajar os alunos a que expressem seus sentimentos de diferentes formas verbais e não verbais. Conversar sobre o significado de cada um deles e os possíveis motivos pelos quais existem. Usar a dramatização como forma de expressão.
- utilizar diferentes formas de comunicação verbal e não verbal para apresentar os trabalhos realizados e relativos às questões de preconceito e discriminação raciais e étnico-culturais.
- criar espaços, no âmbito da escola, para que os alunos possam apresentar jornal falado, jornal mural, dramatizações cujo conteúdo trate da diversificação étnica e cultural existente no Brasil e do papel que o negro tem desempenhado na formação da sociedade brasileira.

- criar situações em que as crianças possam imaginar como será o futuro se nada for feito para eliminar o racismo, o preconceito e a discriminação. Representar esse futuro.
- pesquisar sobre artistas que tenham a ver com: diferenciação cultural, cultura nacional, preconceito, discriminação. Recriar as obras. Analisar com as crianças, por exemplo, algumas obras de Aleijadinho, danças de origem africana ainda existentes, manifestações culturais como os maçambiques, em Osório/RS.
- listar os sentimentos que os componentes do grupo manifestam sobre as questões em estudo. Por exemplo: felizes, infelizes, surpresos, curiosos, chocados, envergonhados, orgulhosos. Analisar com o grupo. Valorizar os positivos. Buscar formas de minimizar os negativos.
- selecionar um problema, dentre os levantados, e elencar possíveis soluções. Considerar para cada solução quais serão as consequências esperadas.
- repensar, em grupo, novas soluções, quando a adotada não estiver apresentando resultados desejáveis.

Este elenco de procedimentos e outros tantos que o professor, com certeza, descobrirá, pode ser desenvolvido em inúmeras situações ao longo do ano letivo, quando o foco poderá ser outra etnia. O Brasil precisa de professores dispostos a fazer a revolução das pedagogias. Cada um de nós está convocado a entrar nesse grupo. (2005, p.200).

Uma contribuição importante para pensarmos as práticas, vem da análise de Rafael Sânzio Araújo dos Anjos em: *A Geografia, a África e os Negros Brasileiros* como a imagem do negro é tratada de forma pejorativa o professor ressalta que é importante que o professor estabeleça, crie e estabeleça novas perspectivas educacionais que abordem o papel do tráfico, da escravidão e da diáspora africana “como elementos formadores da configuração do mundo contemporâneo constituem pressuposto básico para traçar um novo perfil do papel das culturas negras na formação do Brasil”.

O autor aponta algumas deficiências transmitidas quanto ao ensino da geografia da África e em como é tratado o território geográfico brasileiro em forma de

discriminação e omissão referente ao modo que a cultura africana contribuiu na formação de nosso país. O território africano é um componente fundamental para uma compreensão das questões que envolvem a cultura negra na sociedade brasileira que é entendido como “um espaço produzido pelas relações sociais ao longo da sua evolução histórica, suas desigualdades e contradições e a apropriação que essas e outras sociedades fizeram, e ainda o fazem dos recursos da natureza”.

A África é marcada por vários séculos de opressão, nos livros didáticos de geografia e nos atlas o continente africano é colocado no final, de forma fragmentada e muitas vezes por conta do tempo escolar não dá tempo desses conteúdos serem tratados no ano letivo ou é passado de forma sucinta acabando que a África fica sem ser estudada, é possível verificar que existe uma lacuna no sistema de ensino escolar uma vez que a África, como provedora do antepassado do homem, deveria ser estudada primeiro, sem trabalhar esses conhecimentos da forma que se deve a escola contribuir para a criação de estereótipos, erros, conceitos e preconceitos que estão presente em muitos livros didáticos e atlas.

Outro aspecto importante que o autor aborda é que nos cursos de bacharelado e licenciatura das universidades tanto públicas como privadas no Brasil a disciplina Geografia da África não é ofertada e quando ocorre é também de forma sucinta e inserida dentro de outra disciplina, conseqüentemente o professor não sai da universidade totalmente preparado para esses assuntos, reproduzindo também conceitos, e preconceitos. O autor recomenda que o professor junto com os alunos tente “alterar o padrão do uso contínuo livro didático” e aponta que um dos caminhos é que o professor elabore seu próprio material instrucional, a maioria dos conteúdos apresentam deficiências uma vez que os próprios autores nem geógrafos são e não conseguem ter a visão crítica necessária para a representação desse espaço.

A construção de um mapa temático para ser utilizado como ferramenta auxiliar nas aulas sobre geografia da África ou geografia do Brasil, utilizando-se materiais alternativos e de baixo custo é uma das soluções possíveis para alterar a prática do professor no processo ensino-aprendizagem dessas disciplinas.

### **1.3 O CASO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Eliane Cavalleiro no livro: *do silêncio do lar ao silêncio escolar, racismo, preconceito e discriminação na educação infantil (2015)* diz que o desafio brasileiro para este fim de milênio é construir uma democracia substantiva. Isto significa elaborar e construir uma democracia onde o que conta é a igualdade de oportunidades e não a igualdade que afirma serem iguais perante a lei, conforme preconiza o artigo 5 da constituição federal. Não é adequado em um país de exclusão social tratar de maneira igual pessoas hereditária e secularmente deferentes. Este trabalho está em conjunto com as pesquisas já realizadas com o intuito de reunir informação sobre pessoas preta no sistema de ensino. Analisando e buscando compreender o processo de socialização dessa geração de sujeitos social e que mundo está sendo oferecido para ser internalizado.

Para a autora, a necessidade de aprofundar o estudo da questão étnica mostra-se, indispensável diante do atual processo de globalização a economia aumentou e junto veio a “exclusão social”, marcadamente pautada na cor. A força com a qual esse movimento ressurgiu permite que os integrantes se exponham sem medo de represálias. É preciso estar atento o fato de que o site de internet apenas refletem os acontecimentos da sociedade.

No modo de compreende parte do processo socializados na escola e na família, no que tange ao reconhecimento da diferença étnica numa sociedade envolta em uma “democracia racial” torna-se imperioso. Observa as relações interpessoais vivenciada na escola, penso o quanto a educação é essencial para o desenvolvimento da cidadania, escola e a família, juntas representam a possibilidade de transformação do pensamento sobre a realidade social construído sob “ideologias”, como o mito da democracia racial.

Esses autores dialogam com nosso tema na medida em que buscam promover práticas de ensino que contribuem de forma positiva a diversidade étnico racial e conseqüentemente uma educação e sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Atualmente no Brasil as pesquisas que existe em relação à questão étnica tem maior ênfase para os alunos a partir do primeiro grau e não para os alunos da educação infantil e essas pesquisas apontam a existência de praticas discriminatória entre adultas e adultas crianças, mas não revelam se existe discriminação entre as crianças.

Para Eliana Oliveira (1994) se faz necessário que se discuta a temática étnica na educação infantil, pois em sua pesquisa realizada com professores de creches e pré-escolas, fica evidente que existem práticas raciais desde a educação infantil, porém os profissionais entrevistados não identificaram que existem preconceito e discriminação no relacionamento entre as crianças.

Outra pesquisadora que é Eliete Aparecida Godoy (1996) que tem por objetivo analisar como as crianças de cinco a seis anos tratam a questão das diferentes etnias no seu cotidiano aponta como não explícito que se ocorra discriminação entre as crianças, mas, ao vivenciarem as situações apresentadas pela pesquisadora, contudo, crianças tanto negras quanto brancas evidenciam em suas falas, estereótipos e preconceitos em relação as personagens negras, portanto a pesquisadora aponta que nessa faixa etária utiliza a cor da pele como identificação ou descrições.

Seguindo essa linha de raciocínio Godoy afirma que as crianças negras dentro dessa faixa etária ficam acudadas e não se sentem a vontade assumir sua etnia, as crianças negras tem uma visão negativa sobre suas diferenças raciais e procuram imitar as crianças brancas, com o intuito de se assemelhar.

Já Ana Lúcia Valente (1995) busca evidenciar o despreparo por parte dos professores para trabalhar com situações de conflitos étnicos no cotidiano escolar, assim Valente destaca que a escola tem uma grande responsabilidade por na maioria das vezes se omitir diante do problema étnico e reproduzir preconceitos.

O objetivo em se realizar essas pesquisas é compreender como se da às relações multiétnicas na educação infantil e mostrar meios para que se avance o combate ao racismo no Brasil.

Estudos dessa natureza revelam como se dão as relações interpessoais, seus benefícios e seus prejuízos para os indivíduos que convivem na escola, bem como fornecem subsídios para a elaboração de novas práticas educacionais, quer seja na família, quer seja na escola. (Cavalleiro, 2015, p. 36)

A observação das crianças no parque também me permitiu presenciar concretos preconceitos e discriminação entre elas. Naquele local, ela tem a liberdade de escolher seus parceiros e decidir quanto tempo permanecerão brincando com eles. Distantes da

professora, elas podem dizer o que bem competem.

Assim, nesse comentário algumas falas explicitamente preconceituosas foram ouvidas nos momentos em que algo era disputado poder, espaço físico ou companhia. Isso levou-me a pensar que a sua ocorrência é comum nos momentos em que se deseja vencer o outro que, até o momento participava do grupo.

O preconceito e a discriminação aparecem como uma poderosa arma nos momentos de disputas, capazes de paralisar sua vítima.

No parque aproximei-me de um grupo que brinca. De repente inicia-se. Shirley (negra) chega perto de Fabio (branco), o xinga de "besta", e ele revida. Letícia (branca) passa a participar da discussão, com vários xingamentos. Letícia e Catarina (negra). até então brincando juntas, participam a se xingar também. Catarina diz a Letícia "fedorenta" e esta responde: Catarina diz a Letícia: "fedorenta", e esta responde; "Eu não; eu sou branca, você é preta!" O que se pode analisar naquele parque infantil é nada mais que uma pequena reprodução da própria história do negro em nosso país. Impotente diante da pressão racista, ele passa para a violência e, conseqüentemente, é penalizado. Isso transforma-se e estigma.

Nesses conflitos em que as crianças xingam, referindo-se a cor da pele como uma característica negativa, podemos observá-las como grandes vencedoras da disputa.

O silêncio permanente das professoras a respeito das diferenças étnicas no espaço escolar, somado aos das crianças negras, parece conferir aos alunos brancos o direito de reproduzir os seus comportamentos, pois não são criticados ou denunciados, podendo utilizar essa estratégia como trunfo em qualquer situação de conflito.

As pesquisas realizadas apontam para a existência da problemática étnica na educação infantil. Essas pesquisas, porém sinalizam a existência de práticas discriminatórias na relação interpessoal entre adultos e adultos/crianças, mas não evidenciam a existência de discriminação entre as crianças. De acordo com as pesquisas de Waldete Tristão a criança tem atitudes racistas por reproduzirem aquilo que ouviram ou observaram dos adultos, ou seja, por uma construção social.

*“Sim, a criança tem atitudes racistas sim, o trabalho da Eliane Cavalleiro é um clássico, é a pioneira a tratar essas questões raciais para dentro da faculdade de educação, Eliane estudou como era as relações das crianças, criança/criança, adulto/criança, adulto/adulto e como essas relações se estabeleciam dentro de uma instituição de educação infantil e ela foi constatando sim que a criança tem atitudes racistas e eu concordo com isso as crianças tem atitudes racistas, o adulto tem atitudes racistas e isso acontece em diferentes espaços e infelizmente a escola de educação infantil ela não esta isenta de realizar esse tipo de coisa, agora, por que as crianças constroem esse tipo de atitude? Porque elas estão imersas em um caldo de culturas, então a criança está dentro de um carro com a família e ela esta andando e depreende a família para e diz “fecha! Fecha! o vidro!” porque no semáforo tem uma criança negra que pode se aproximar e pedir alguma coisa, essa mãe já esta ensinando que ela tem que ter medo, quando uma criança negra esta no grupo de crianças e não consegue brincar e participar, ali existe algum mecanismo já construído entre aquelas crianças por menores que elas sejam que reforçam essas atitudes, os estudiosos tem dito que isso acontece desde muito cedo, desde muito pequeno, quando ela esta ineres a um caldo de cultura ao observar o que os pais dela fala sobre as pessoas negras pode fazer com que as crianças reproduzam praticas racistas.” (Waldete Tristão 2017)*

Eliete Aparecida Godoy (1996) afirma que as crianças negras nessa faixa etária se sentem desconfortáveis quando da necessidade de verbalizar e/ou assumir sua condição étnica. Para a pesquisadora, as crianças demonstraram uma interiorização negativa das suas diferenças raciais, procurando assemelhar-se fisicamente ao branco. Assemelhando-se as observações de Waldete Tristão quando diz que

*“...é importante evidenciar o quanto a gente tem que ter atenção para o dia a dia a distribuição desigual do afeto com essas crianças negras então, a própria professora reforça quando ela fala sobre o olho claro de alguém, quando ela fala do cabelo claro de alguém, quando ela se nega a pentear o cabelo “duro” da menina negra mas não percebe que as duas crianças estão presente durante essa ação, e Eliane fala da importância da intervenção do professor.*

*Enfim, as atitudes racistas por partes das crianças existem sim, mas não é que elas nascem racistas, elas não nascem racistas elas vão se tornando racistas por causa do lugar onde elas estão inseridas e esse lugar é na família, na escola, na EMEI, na creche, na igreja em todos os ambientes de socialização isso pode acontecer e ai sim ela vai construindo essas idéias racistas,*

*infelizmente e de hierarquização entre as pessoas com base na cor da pele, com base no tipo de cabelo, com base na aparência física.” (Waldete Tristão 2017)*

Promover uma educação para o entendimento das diferenças étnicas, livre de preconceitos, representa uma possibilidade real da formação de sujeitos menos preconceituosos nas novas gerações. Tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram muito sensíveis as influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta. Nesse sentido Waldete diz sobre os avanços da educação com relação as questões étnico raciais

*Pra mim o maior deles é de que já está nos documentos, nos indicadores de qualidade, especialmente em São Paulo a gente tem um documento que é para as pessoas olharem sobre o que tem feito sobre a diversidade étnica racial, ela vai ter um documento para olhar, vai ter que responder sobre esse documento, avanço tem! Muitos trabalhos, muitas pesquisas acadêmicas, doutorados, mas... Ainda não se pode dizer que há uma totalidade, que é uma discussão já resolvida.*

Portanto é evidente que existem avanços, mas não atingem a necessidade específica, no sentido de que muitos educadores e gestores por falta de formação acadêmica não tem práticas que promovam uma educação igualitária na questão étnico racial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo de conclusão de curso evidenciou a importância de trabalhar as questões étnico raciais na educação infantil, ao entendermos como educadoras que uma sociedade anti-racista necessita ser estruturada e construída a partir dos primeiros anos de vida de cada sujeito, de modo que a igualdade racial e todas as culturas sejam respeitadas. Sabemos que falar sobre etnias e o combate ao racismo nas escolas não é algo recente, são debates que necessitam ser efetuados a fim de evidenciar a diversidade cultural em que estamos inseridos. A partir de concepções da autora Eliane Cavalleiro e da entrevista semi-estruturada com a Doutora em Educação Waldete Tristão, compreendemos que o racismo reproduzido pelas crianças é um ato de construção social, a Educação Infantil ocupa um espaço significativo na desconstrução de estereótipos, a criança nesta faixa etária está aberta a compreender e absorver conteúdos que promovam a cidadania e o respeito ao próximo.

## REFERÊNCIAS

- NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do negro no Brasil* - Ed – São Paulo 2016
- PANDIÁ, João *O Genocídio do negro no Brasil*. In: *Processo de um racismo mascarado* p 86 2016
- LACERDA, João Batista. *O Genocídio do negro no Brasil*. In: *Processo de um racismo mascarado* p. 88 2016
- MONANGA, Kabenguele. *Superando o racismo na escola* – Brasília, segunda edição MEC/BID/UNESCO 2005.
- MOURA, Glória. *O direito a diferença*. In: *Superando o racismo na escola* - Brasília, segunda edição MEC/BID/UNESCO, p. 69 – 81, 2005.
- APPLE, M et al. *Currículo poder e lutas educacionais* – Porto alegre, 296 p, Artmed 2008.
- KUMASHIRO, Kevin K. *Detração medo assimilação*, In: *Currículo poder e lutas educacionais* - Porto alegre, 296 p, Artmed 2008, Sunday, p. 168 – 169, 1990 e Lee, p. 169, 1999.
- KUMASHIRO, Kevin K. *Detração medo assimilação*, In: *Currículo poder e lutas educacionais* - Porto alegre, 296 p, Artmed 2008, Coen, p. 171, 2001
- APPLE, Michael W. *Currículo poder e lutas educacionais* – Porto alegre, 296 p, Artmed 2008, p.171, 2001.
- APPLE, Michael W. *Currículo poder e lutas educacionais* – Porto alegre, 296 p, Artmed, p. 175, 2008.
- SILVA, Petronilha Gonçalves e. *Aprendizagem e ensino das Africanidades Brasileiras*. In: *Superando o racismo na escola* – Brasília, segunda edição MEC/BID/UNESCO, p. 155 – 170, 2005.
- LIMA, Eloisa Pires. *Os invencíveis*. In: *Superando o racismo na escola* – Brasília, segunda edição MEC/BID/UNESCO, p. 102 – 103, 2005.

LOPES, Vera Neusa. *Racismo preconceito discriminação*. In: *Superando o racismo na escola* – Brasília, segunda edição MEC/BID/UNESCO, p. 185 – 200, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar* – São Paulo, editora contexto, 2015.

OLIVEIRA, Eliana. *A investigação sobre racismo, preconceito e discriminação no contexto da educação infantil*. In: *Do silêncio do lar ao silêncio escolar* – São Paulo, editora contexto, p. 36, 2015.

GODOY, Eliete aparecida. *A investigação sobre racismo, preconceito e discriminação no contexto da educação infantil*. In: *Do silêncio do lar ao silêncio escolar* – São Paulo, editora contexto, p. 36, 2015.

VALENTE, Ana Lúcia. *A investigação sobre racismo, preconceito e discriminação no contexto da educação infantil*. In: *Do silêncio do lar ao silêncio escolar* – São Paulo, editora contexto, p. 37, 2015.

TRISTÃO, Waldete. Entrevista dia 20/05/2017.